

17. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO ARTÍSTICO-CULTURAL DAS COMUNIDADES NEGRAS DA ZONA DA MATA MINEIRA: AÇÕES INTEGRADAS ENTRE COMUNIDADE, PODER PÚBLICO E UNIVERSIDADE, RUMO A UM ENCONTRO DE SABERES¹

Joana de Souza Machado

Carolina dos Santos Bezerra

Leonardo de Oliveira Carneiro

Ana Beatriz Fernandes Lima Silva

Bianca Marlene da Silva

Diego Dhermani Lopes Germano

Iano Almeida Oliveira

Raiça Mara de Camargo Silveira

Rafael Carrano Lelis

Rosana Barreiros da Silva

Vitória Marques Bergo.

Olivier Shamolo Nonga Olela

Caroline Gerheim Nascimento

Palavras-chave: Programa de Extensão. Populações tradicionais. Memória e Patrimônio Artístico. Cultura. Encontro de saberes.

Introdução

O presente resumo tem por objetivo dar visibilidade às ações do Programa de Extensão “Memória e Patrimônio Artístico-Cultural das Comunidades Negras da

¹ O resumo leva o mesmo título do programa de extensão que se apresenta nesse trabalho. Trata-se de amplo programa de extensão, registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, com menção honrosa na Mostra de trabalhos de 2016 realizada pelo mesmo órgão. O programa é coordenado pelos Professores Carolina Bezerra e Leonardo Carneiro e, no que se refere aos desdobramentos jurídicos, recebe a coordenação da Prof. Joana Machado. Toda a equipe do programa, professores/as e estudantes bolsistas e voluntários/as, é coautora desse trabalho.

Zona da Mata Mineira: Ações Integradas entre Comunidade, Poder Público e Universidade, rumo a um Encontro de Saberes”, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com a colaboração de docentes e estudantes de diversas unidades e institutos.

Inicialmente, cabe ressaltar a abrangência das atividades extensionistas retratadas no trabalho. Trata-se de um **programa** de extensão e não apenas de um projeto. Nos termos do próprio Ministério da Educação, um programa de extensão corresponde a um “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição”.

Assim, o programa funciona como “guarda-chuva” para diversas frentes extensionistas contínuas (projetos), entre as quais a frente que articula seus desdobramentos jurídicos.

Objetivo do Programa e resultados parciais

O programa em comento tem como objetivo articular os saberes acadêmicos, os saberes tradicionais e os saberes escolares com o intuito de possibilitar um diálogo entre a academia e as comunidades negras, quilombolas, indígenas e camponesas, na valorização e promoção do seu patrimônio material e imaterial.

A experiência de campo buscou construir com a comunidade espaços de reflexão que pudessem estabelecer os elos de ligação com o seu passado, a memória e a ancestralidade, para a compreensão sobre o seu patrimônio material e imaterial do presente.

A primeira visita contou com a participação dos/as bolsistas e professores/as do programa, da comunidade e dos professores/as do curso "Diálogos entre Escola e Saberes Tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Camponeses". O curso corresponde a uma parceria entre a Secretaria de Educação de Minas Gerais e a UFJF, por intermédio da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, e objetiva abordar temas sobre os saberes tradicionais dentro do ambiente escolar.

As ações estiveram focadas em atividades que buscassem pensar caminhos de geração de emprego e renda para a comunidade, com o intuito de propiciar estratégias de empoderamento do grupo de mulheres e da associação. Foram oferecidas oficinas de construção de bonecas abayomi, de artesanato e xadrez para as crianças e jovens.

O programa prevê ainda a formação de professores/as locais e o diálogo entre os diferentes grupos e seus diferentes saberes. As ações a serem desenvolvidas englobam ainda a criação de ecomuseu itinerante multiterritorial e multidisciplinar; ações voltadas à regularização fundiária e outras demandas de natureza jurídica; realização de oficinas de salvaguarda do jongo/caxambu e do patrimônio material e imaterial dessas comunidades; elaboração de material didático-pedagógico para distribuição nas escolas da região e para a formação de professores/as, visando a auxiliar na implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as escolas públicas e particulares do país.

A metodologia para promover as articulações, patrimonialização, ações de salvaguarda e empoderamento das comunidades é construída horizontalmente a partir de encontros, formações, oficinas de mobilização e técnicas, intercâmbios e trocas de saberes e da produção de cartilhas, livros, vídeos, documentários, cartografias participativas e calendários agrícolas e educativos.

Busca-se, assim, romper com a lógica tradicional de hierarquia entre saberes científicos e saberes populares. Essa lógica contamina muitas experiências extensionistas e faz com que a ida a campo se mova por razão instrumental de mão única, sob a qual a academia ensina a população atingida, e esta em seu turno retribui-lhe apenas com dados primários, frutos de sua vivência, para investigações, pesquisas e apropriações dos/as acadêmicos/as. Nessa lógica, as metodologias chegam dadas pela equipe extensionista, e não há uma construção horizontal com a população, por não se reconhecer o seu saber como válido, como digno de status científico, por considerá-la, quando muito fonte de saber, mas não como real interlocutora do tema.

O programa em questão, ao contrário, busca justamente estabelecer um encontro de saberes para desse encontro construir sua metodologia e delimitar suas

estratégias de ação. Sob o ponto de vista estrito da extensão, contribui para uma atuação universitária mais atenta às reais demandas das populações envolvidas, e não presumidas pelos agentes extensionistas.

Na interface com a pesquisa, contribui para romper com o caráter elitista que em geral marca a produção do conhecimento, insulada em gabinetes, em escritas metodologicamente engessadas e avessa às práticas de oralidade que acompanham a construção de saber de muitos povos tradicionais.

Na indissociabilidade com o ensino, o programa viabiliza um ensino prático aos e às estudantes envolvidos/as, sem descuidar da necessária articulação com referenciais teóricos que potencializam a transformação da realidade em que atuamos. Diferentemente de práticas que possam ser desenvolvidas por meio de estágios junto a entidades privadas, como, por exemplo, escritórios de advocacias, empresas, etc., a prática pela via da extensão possui necessariamente acesso mais democrático, por meio de chamada pública para processo seletivo. Possibilita o contato dos/as envolvidos/as com perspectivas contra hegemônicas, as quais, sob a lógica de pura alocação em mercado de trabalho, não possuem vez na formação profissional dos/as estudantes. Pavimenta, assim, caminho para uma educação pública efetivamente voltada à formação cidadã, tal como previsto constitucionalmente.